

Esse artigo se dedica a examinar duas importantes vertentes do *mainstream* que se denomina keynesiano: a Síntese Neoclássica – a tentativa de colocar a teoria de Keynes e a dos “Clássicos” nos mesmos termos – e a dos Desequilibristas. Mostra-se que, nessas leituras, perde-se um elemento fundamental da teoria macroeconômica de Keynes: a teoria da *tomada de decisão do agente capitalista*. Como consequência, o desemprego involuntário – conceito fulcral do pensamento deste autor – passa a depender de hipóteses *ad hoc*, como a rigidez de salários nominais ou a ausência do leiloeiro Walrasiano.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução. A seção 2 trata da primeira vertente analisada, que aprisiona a *Teoria Geral* em um aparato de equilíbrio geral; a seção 3 examina a corrente desequilibrista, que procura, a partir de um aparato de (des)equilíbrio geral, inferir resultados keynesianos. A seção 4 reúne algumas considerações finais.

Em relação à interpretação da obra de Keynes empreendida pelos arquitetos da Síntese Neoclássica, argumenta-se que ocorreu um aprisionamento do aparato analítico presente na Teoria Geral em um aparato de equilíbrio geral. Como consequência, retiraram-se a hierarquia dos mercados, a assimetria de poder dos agentes, a incerteza. Perdeu-se o significado do que seja uma economia empresarial e, também, o de uma economia monetária. Assim, como bem observa Rotheim¹, a economia keynesiana do *mainstream* substituiu a teoria da demanda efetiva por uma teoria mecanicista “da demanda agregada”. A seguinte passagem ilustra bem o argumento deste autor, recuperado neste artigo:

“O que falta nos modelos Keynesianos agregados é um papel para a tomada de decisão individual, algo que para Keynes deveria fazer parte do corpo de qualquer teoria geral do processo econômico. Quando se identifica a determinação da renda futura ao fluxo de renda corrente, a tomada de decisão individual fica reduzida a um algoritmo mecânico que iguala a produtividade marginal do capital com a taxa de juros monetária”.(Rotheim,1995:166)

A teoria da determinação do emprego e da renda deixou de se assentar numa teoria da tomada da decisão do agente proprietário de riqueza. O desemprego involuntário, que tomamos aqui como problema macroeconômico “*par excellence*”, passou a depender de uma suposta rigidez de salários nominais, sem a qual o modelo escorregaria para o pleno emprego.

A leitura desequilibrista, por seu lado, ao retirar de cena a figura do leiloeiro, abriu espaço para que ocorressem “falhas de coordenação”. O desemprego involuntário poderia, assim, ocorrer mesmo com perfeita flexibilidade de preços. Os efeitos de “transbordamento” (“*spillover*”) dos desequilíbrios de um mercado para outro caracterizavam uma quebra da lei de Walras. No entanto, isso decorria, em última instância, de uma “falha de comunicação” entre agentes vendedores e compradores de mercadorias. Os vendedores de força de trabalho não teriam meios de sinalizar aos compradores qual seria sua demanda nocional por mercadorias se eles fossem

* Esse artigo está baseado no capítulo segundo da tese de doutoramento da autora (2003).

** Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

¹ ROTHEIM, R. Keynes on uncertainty and individual behaviour within a theory of effective demand. In: DOW, S.; HILLARD, J. *Keynes, Knowledge and Uncertainty*, Aldershot (UK) and Brookfield (USA): Edward Elgar, 1995, p161-176

contratados. Argumenta-se, concordando com Davidson (1980)², que essa linha de raciocínio em nada viola a lei de Say.

Aqui não há, tampouco, uma teoria da tomada de decisão por parte dos agentes capitalistas. Os Desequilibristas, com efeito, investigam qual o resultado do fato de que restrições quantitativas façam parte do conjunto de dados sobre os quais agentes tomam suas decisões. Trata-se de um processo de alocação de recursos por parte de firmas e famílias – todos com o mesmo poder de barganha. Não há lugar para um tipo de decisão fundamental, no capitalismo: a decisão dos donos da riqueza sobre como aplicá-la e fazê-la crescer.

Assim, nessas duas abordagens, ocorre uma perda do conceito de desemprego involuntário de Keynes. Este conceito, para o autor que lhe deu o nome, partia do reconhecimento da existência de uma profunda *assimetria de poder* entre agentes compradores e vendedores da força de trabalho: somente os primeiros têm a prerrogativa de decidir, a partir de uma *escolha* acerca da melhor aplicação de sua riqueza, qual a quantidade transacionada no mercado de trabalho.

Nas considerações finais, reflete-se brevemente sobre as consequências dessas leituras sobre o rumo tomado – especialmente a partir dos anos 1980 – pelo *mainstream* da teoria macroeconômica. Uma vez retirada da cena da macroeconomia a sua “teoria da escolha”, esta lhe seria cobrada: os Novos Clássicos – e mais tarde os Novos Keynesianos – chegariam no cenário do *mainstream* da teoria macroeconômica imbuídos da tarefa de construir uma macroeconomia com sólidos “fundamentos microeconômicos” (ou, em outros termos, firmemente calcada na “teoria da escolha”). Mas essa teoria da escolha seria aquela referente à escolha entre meios escassos para atingir fins determinados – no caso, maximização de lucros e de utilidade. Mais distante daquela propugnada por Keynes – uma teoria da escolha do agente proprietário de riqueza – impossível.

² DAVIDSON, P. The dual faceted nature of the keynesian revolution: the role of money and money wages in determining unemployment and production flow prices. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.2, n.3, p. 291-313, spring 1980.